



XIX ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR
Blumenau - SC - Brasil

PARTICIPAÇÃO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: DA INTERFACE SOCIEDADE-ESTADO À REDE FINANCEIRO-FILANTRÓPICA INTERNACIONAL

Caio Augusto Gonçalves Silva (Universidade Federal de Minas Gerais) - caioaugustotm@gmail.com
Graduando em Arquitetura e Urbanismo pela UFMG (2018-atual), membro do grupo Indisciplinar (EA-UFMG) pelo projeto de pesquisa Geopolítica e Territórios.

Maíra Ramirez Nobre (Universidade Federal de Minas Gerais) - mairaramirez@gmail.com
Arquiteta e Urbanista formada pela Universidade Federal de São João del Rei (2010-2016) com período sanduíche na Technische Universität von München pelo Programa Ciências sem Fronteiras. Mestre e doutoranda pelo Programa de Pós-graduação em Ambiente Const

Henrique Dias Porto (Universidade Federal de Minas Gerais) - henporto@gmail.com
Graduando em Arquitetura e Urbanismo pela UFMG (2016-atual) com período sanduíche na Università di Bologna pelo programa Minas Mundi. Pesquisador do Grupo de Pesquisa Indisciplinar (EA-UFMG).

João Paulo Araújo Souto (UFMG) - joaopaulosouto@outlook.com
Graduando em Arquitetura e Urbanismo pela UFMG (2018-atual), membro do grupo Indisciplinar (EA-UFMG) pelo projeto de extensão Geopolítica e Cidades. Técnico em Desenvolvimento de Sistemas pelo SENAI-MG.

Participação Social e Desenvolvimento Territorial:

Da Interface Sociedade-Estado à Rede Financeiro-Filantrópica Internacional

O papel atribuído à sociedade civil, bem como sua dinâmica de organização, atuação e relação com o Estado, tem se modificado ao longo dos anos. Alguns dos principais pensadores do último meio século, tais como Michael Hardt e Antonio Negri (2014) e Félix Guattari e Suely Rolnik (1987, 2011) se dedicaram a compreender uma emergente configuração de poder que, em detrimento dos Estados nacionais, escolhe o sujeito como matéria prima de um novo regime produtivo. Para tanto, os conceitos de Império (HARDT; NEGRI, 2014) e Capitalismo Mundial Integrado (GUATTARI; ROLNIK, 2011) aparecem como leituras de uma realidade na qual a produção, reprodução e captura de desejos age com grande intensidade sobre a configuração da própria vida. Assim, o elemento da sociedade civil toma o centro das movimentações políticas - desde a sua relação com os Estados nacionais, até as instâncias de dominação geopolíticas.

Entende-se, desta forma, o novo patamar ao qual a sociedade civil é lançada nos jogos de poder capitalísticos¹ sendo, portanto, elemento central de debate neste artigo. A sua interface com o Estado (cada vez mais enfraquecido em sua soberania) e com o capital financeiro global se torna elemento central para o debate da conformação dos territórios brasileiros ao longo dos últimos anos. Portanto, pretende-se neste trabalho compreender a relação entre sociedade civil, Estado e política urbana nas últimas três décadas no Brasil entendendo ser este um ponto de implicações transescalares.

Para tanto, adota-se um ferramental teórico que cruza capitalismo e subjetividade, micro e macro escala, corpo e território como um só tema, a partir de atores como os supracitados Hardt e Negri (2014) e Guattari e Rolnik (1987, 2011). Em termos metodológicos (ou procedimentais), incorpora-se características da *Cartografia*, tal como entendida por Gilles Deleuze e Félix Guattari (2011), como um pensamento aberto e processual, no qual interpreta-se a realidade no traçar de uma rede complexa e no levantamento de questionamentos, mais do que na busca de uma verdade absoluta ou uma leitura totalizante. Além disso, somam-se a esta análise algumas leituras de base marxista, tais como Michel Chossudovsky (1999, 2010, 2018), David Harvey (2016), Ermínia Maricato (1997, 2010, 2013), Pedro Arantes (2006) e Luiz Alberto Moniz Bandeira (2016), a fim de situá-la no ambiente da economia política.

Assim, este artigo está dividido em cinco seções (além desta introdução e das considerações finais). A primeira delas, intitulada *A nova configuração capitalística sob a égide das instituições supranacionais*, aborda a formação do Império e as implicações subjetivas do Capitalismo Mundial Integrado (CMI) em face à relação

¹ O termo “capitalístico” é adotado a partir de Guattari e Rolnik (2011) como um regime que incorpora a produção subjetiva.

estabelecida entre sociedade civil, Estado e produção do território. A segunda, *O Brasil dos anos 1990 entre a participação social e a dominação pela dívida*, traz um debate a respeito da ampliação do papel da sociedade civil no contexto abordado enquanto disputa entre um projeto democratizante e uma dinâmica neoliberal atravessada pelo endividamento internacional. Em seguida, em *O Brasil dos anos 2000 e a aproximação entre a sociedade e o Estado*, indica-se uma modificação nesta relação a partir do ciclo de governos progressistas do início do século XXI e suas principais implicações para a participação social. Já em *O abandono da relação sociedade-Estado em favor do sistema filantrópico internacional*, traça-se uma leitura do período pós-Golpe de 2016 como um momento de intensificação do vínculo entre sociedade e capital internacional (por meio do fortalecimento de um “Terceiro Setor”²) em detrimento da relação com o Estado.

Por fim, na última seção deste artigo, intitulada *Aproximação cartográfica à Rede Financeiro-Filantrópica Internacional*, apresenta-se os resultados preliminares de uma investigação empírica em andamento a respeito da atuação de fundações filantrópicas internacionais no financiamento de entidades da sociedade civil atuantes no país. Por meio da apresentação de gráficos e diagramas, dá-se destaque à atuação da Fundação Ford (FF) enquanto mantenedora de instituições chave nos debates urbanísticos e sociais na contemporaneidade. Além disso, busca-se fazer apontamentos para a continuidade desta pesquisa, por meio questionamentos a respeito da formação de uma rede de financeiro-filantrópica internacional atuante no país (principalmente a partir de produção de subjetividade) que substitui a intermediação sociedade civil-Estado enquanto espaço privilegiado de elaboração de questões caras às lutas urbanas e sociais.

A NOVA CONFIGURAÇÃO CAPITALÍSTICA SOB A ÉGIDE DAS INSTITUIÇÕES SUPRANACIONAIS

A segunda metade do século XX é marcada por uma drástica modificação na configuração política, econômica e social em escala mundial. Já em 1944, instituições multilaterais como a Organização das Nações Unidas (ONU), o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM) são fundadas com o intuito de fazer emergir e, posteriormente, gerir uma nova ordem mundial. Como lembram Hardt e Negri (2014), a ONU, em companhia das grandes agências internacionais, funciona como uma dobra nas estruturas jurídicas mundiais direcionando-as a um novo padrão: o global. Apesar de basear-se, de alguma forma, em um respeito aos Estados individuais, o órgão atua no direcionamento para um centro supranacional de poder. Segundo Hardt e Negri (2014), essas instituições transnacionais produzem uma simbologia e uma ordem jurídica para essa organização global, enquanto as grandes corporações se encarregam de formar um “tecido conectivo fundamental do mundo biopolítico”.

² Diferencia-se “Terceiro Setor” e sociedade civil mediante uma definição mais abrangente para a segunda categoria, incluindo sindicatos, partidos, movimentos sociais, etc, enquanto a primeira estaria restrita a uma atuação mais próxima de uma lógica mercadológica, englobando ONGs, Fundações e Associações privadas.

Também ao longo da segunda metade do século XX, observa-se um movimento de transformação nas formas de insurgir-se e na própria relação entre capitalismo e movimentos sociais. Peter Pál Pelbart (2011, p.96) coloca que, essa reconfiguração do capitalismo foi baseada na incorporação ativa de grande parte das críticas à ele tecidas ao longo das manifestações da década de 1960, levando à formação de um “novo espírito do capitalismo” cuja base foi forjada em uma *vampirização* de pautas como autonomia, autenticidade, criatividade, liberdade, além da recusa à hierarquia e à burocracia fordistas, dando origem a uma “nova normatividade” que pode ser encontrada “nos manuais de *management*” utilizados pelos executivos na atualidade. Segundo o autor, essa vampirização dos motes insurgentes foi uma estratégia para que o capitalismo se tornasse cada vez mais imanente substituindo o “controle pelo autocontrole”. Trata-se, para Pelbart (2011, p.102), de um “capitalismo de esquerda” que conta com a colaboração de ativistas e militantes.

Esta nova configuração capitalística, à qual Pelbart (2011) dá o nome de *capitalismo rizomático* - recorrendo ao conceito deleuziano de *rizoma* (DELEUZE; GUATTARI, 2011) - é assimilada por Guattari e Rolnik (2011) como Capitalismo Mundial Integrado. A Partir desse conceito, Guattari (1987) lança um olhar sobre os efervescentes processos de mundialização e propõe uma alternativa ao termo *globalização*, que vinha sendo muito utilizado no período, colocando-o como demasiadamente genérico, de modo a esconder o sentido fundamentalmente capitalista imposto pela nova configuração social. Segundo o autor, o capitalismo torna-se mundial por ter conseguido colonizar todo o planeta, até mesmo aqueles países que outrora tentaram escapar dele, como é o caso do bloco soviético; e integrado, porque tende a fazer com que nenhuma atividade humana seja externa ao seu controle. Para Guattari e Rolnik (2011) o CMI se baseia em uma dupla opressão: de um lado, uma repressão direta nos planos econômico e social; de outro, e com maior intensidade, uma atuação sobre as subjetividades, gerando uma “imensa máquina produtiva de uma subjetividade industrializada e nivelada em escala mundial [que] tornou-se dado de base na formação da força coletiva de trabalho e da força de controle social coletivo.” (GUATTARI; ROLNIK, 2011, p. 47-48). Neste sentido, os autores já atribuíam à subjetividade um lugar central para a extração de mais-valia por meio da instrumentalização das forças de desejo, de criação e de ação.

Essa compreensão totalizante do capitalismo, tanto em âmbito territorial (no que tange a inserção de todos os países em sua lógica) quanto na atuação sobre todas as instâncias da vida, é também abordada por Hardt e Negri (2014) por meio da concepção do conceito de *Império*. Embasado pela aposta no *fim da história*, colocada por Francis Fukuyama (1992) mediante a queda da União Soviética e suposta unilaterização das forças atuantes em escala global, o Império se configura por meio de uma “globalização irresistível e irreversível das trocas econômicas e culturais” (HARDT; NEGRI, 2014, p.11). Trata-se de uma nova forma de supremacia que surgiu juntamente com o mercado global e com os circuitos mundiais de produção. O Império é a instância política e jurídica responsável por regular esse novo governo global.

Para Hardt e Negri (2014) este processo diz de um declínio da soberania dos Estados-nação que, de nenhuma maneira, indica o declínio de toda e qualquer forma de soberania. O que ocorre é uma modificação nessa soberania baseada em uma série de organismos nacionais e supranacionais submetidos a uma mesma

regulamentação. Segundo os autores, o projeto de *ordem internacional*, contido na formação das Nações Unidas, aos poucos foi dando espaço à constituição de um poder supranacional enviesado. Os autores lembram que a legitimação desta forma de poder ocorre, não apenas mediante instrumentos tradicionais (como o poderio militar), mas também em outras formas de intervenções, como as morais e jurídicas. As morais são hoje, em sua maioria, praticadas por diferentes entidades que incluem as mídias e as igrejas mas que se apoiam, sobremaneira, nas chamadas Organizações Não Governamentais (ONGs), sobre as quais a narrativa da moralidade é justificada, majoritariamente, pelo seu afastamento do poder estatal, tido como ineficiente e corrupto.

Tendo em vista que a legitimação da atuação das ONGs é pautada, justamente, na ausência de atuação governamental junto a tais entidades, observa-se que estas organizações se tornam atores fundamentais para a manutenção do Império. Isso porque, como supracitado, a emergência desta nova ordem global se dá, justamente, mediante um enfraquecimento das soberanias nacionais em direção a um único poder atuante em âmbito mundial. Trata-se, de forma geral, não meramente de um enfraquecimento dos Estados, mas, como lembram Pierre Dardot e Christian Laval (2016), de um processo de empresariamento por meio do qual os Estados não são mais medidos pela sua soberania, mas por sua eficiência e governança. O que, nos países centrais, era entendido como um Estado de bem-estar-social, se transforma em um Estado ausente para os interesses sociais e muito atuante no que tange as demandas do mercado. Para definir esta nova conformação do capitalismo que fagocita não só os Estados, mas também os indivíduos, Dardot e Laval (2016) lançam mão do conceito de *neoliberalismo*.

Fato é que o empresariamento do Estado e da sociedade, o enfraquecimento das soberanias nacionais e o fortalecimento de ações do Terceiro Setor, fazem parte de um processo único de esvaziamento estatal que fortalece a emergência e estabilização da nova ordem mundial. Este esvaziamento que se dá, em grande parte, por mecanismos narrativos, morais e subjetivos, acaba impactando elementos concretos como a formação e expansão das cidades. O rompimento com a rigidez do fordismo foi, também, um rompimento com os preceitos modernistas de planejamento urbano pautados na universalidade, no zoneamento e na racionalidade. Desde a década 1960 o planejamento urbano modernista, considerado demasiadamente arbitrário e centralizador, vem recebendo severas críticas e a busca pela heterogeneidade e diferença, acabou encontrando respaldo nessa nova configuração mundial pautada nas ideias de criatividade e flexibilidade. Assim, as cidades, outrora regulamentadas por um Estado forte, passam por processos de "requalificação" de sua estrutura física e social, visando a criação de novos espaços que as tornem atrativas às demandas deste "novo mundo" sendo, então, as próprias cidades transformadas em elementos a serem comercializados.

O BRASIL DOS ANOS 1990 ENTRE A PARTICIPAÇÃO SOCIAL E A DOMINAÇÃO PELA DÍVIDA

O Brasil não se encontra alheio à realidade de empresariamento urbano. Apesar do crescimento das políticas de participação social - incluindo de forma intensa o debate sobre as cidades - ao longo do período de redemocratização, o que pode ser observado no país, principalmente a partir dos anos 1990, é uma intervenção maciça da agenda neoliberal atuando em duplo sentido. De um lado o mercado mundial - subsidiado, majoritariamente, pela ação das Instituições Financeiras Internacionais (IFIs) - fagocita o Estado. De outro, as instituições da sociedade civil ocupam o espaço esvaziado das ações governamentais sendo financiadas, preponderantemente, por organizações e fundações vinculadas ao capital financeiro transnacional.

Este processo, contudo, não ocorreu de forma unívoca ou sem contradições, tendo sido fortemente atravessado pelo fortalecimento da pauta da Reforma Urbana, a partir dos anos 1970, e da consolidação de instituições públicas e instrumentos de planejamento territorial. Aponta-se que o fortalecimento destas pautas é marcado por um incentivo das Nações Unidas mediante a criação do programa ONU-Habitat. Conforme argumentam Erica Rabelo e Marcel Fantim (2017), a conferência Habitat I, realizada em Vancouver, em 1976, marca o princípio de uma preocupação a nível global com a problemática dos assentamentos informais. Os autores apontam ainda como a conferência é realizada em um período no qual prevalecia a centralidade do Estado-Nação no planejamento territorial. No caso brasileiro, vivenciava-se o período de concentração política sob o regime militar, sendo assim, as diretrizes da conferência foram recebidas na forma da criação e desenvolvimento de órgãos públicos de intervenção em áreas de assentamentos informais. Contudo, prevalecia uma perspectiva tecnocrática, de forma que este processo se deu com uma certa distância em relação à crescente mobilização do movimento pela Reforma Urbana, no âmbito da sociedade civil.

Com o processo de abertura política, este distanciamento aos poucos converteu-se na formação de interfaces entre o poder público e as demandas da sociedade civil, resultando na criação de instâncias de participação social para debate de políticas públicas. Nos anos 1980 a pauta da Reforma Urbana ganhou força levando a posteriores conquistas marcadas pelos artigos 182 e 183 da Constituição Federal de 1988 e pelas inúmeras e inovadoras experiências de participação cidadã, como é o caso dos Orçamentos Participativos. A cidadania que, anteriormente, fazia parte do léxico dos intelectuais e movimentos sociais envolvidos com a luta por uma nova constituição democrática, aos poucos foi tomando corpo nos discursos oficiais com a formação de redes de atuação da sociedade civil. A participação cidadã é entendida, então, como elemento fundamental para a constituição da democracia nascente.

Entretanto, quando as políticas urbanas começavam a adquirir um caráter mais democrático - a partir da década de 1990 - várias cidades brasileiras foram solapadas pela dinâmica neoliberal, levando a uma mudança nos rumos do planejamento urbano. Importante destacar que os governos que assumiram a nação neste período fortaleceram o neoliberalismo emergente no país, balizados pelas determinações estabelecidas pelo Consenso de Washington (1989). No âmbito das cidades, este processo é novamente acompanhado por diretrizes produzidas pelas organizações vinculadas à ONU. Conforme apontam Rabelo e Fantim (2017), a conferência Habitat II, realizada em 1996, em Istambul, foi representativa do consenso ideológico emergente, conjugando, de um lado, o anseio pela ampliação da participação social

e, de outro, a crescente desconfiança com relação à ação estatal (RABELO; FANTIM, 2017, p.934). Nesse sentido, as diretrizes produzidas pela conferência apontaram em direção a uma ampliação do papel das ONGs enquanto detentoras de responsabilidades sociais, sendo enxergadas como legítimas representantes da sociedade civil e depositárias de uma “eficiência mercadológica”, em oposição à centralização e à burocratização estatais.

Essa dinâmica foi estimulada pelos chamados “Planos de Ajuste Estrutural” do BM e FMI, que incluíam intervenções na economia, na sociedade e no território nos países endividados com essas instituições. Tal atuação foi fundamental para o estabelecimento do que Michel Chossudovsky (1999) chama de *dominação pela dívida*. Chossudovsky (1999) lembra que o movimento da economia global é regulado por um processo em escala mundial baseado em medidas que sufocam os Estados-Nação. Como ator central neste processo estão as IFIs que constituem uma burocracia internacional atuante em função dos interesses financeiros dos blocos dominantes. “Em outras palavras, uma nova 'divisão triangular de autoridade' surgiu, baseada na estreita colaboração entre o FMI, o Banco Mundial e a OMC para 'vigiar' a política econômica dos países em desenvolvimento.” (CHOSSUDOVSKY, 1999, p. 28).

A reestruturação econômica mundial pautada pelas IFIs tira dos países periféricos o direito ao desenvolvimento e a formação de uma economia nacional forte, tornando-se meras reservas de mão de obra barata e recursos naturais. Assim, o FMI assume um papel político preponderante e usa disso para a aplicação de medidas restritivas para a realização de novos empréstimos. Em relação aos projetos de desenvolvimento, o Estado passa a não poder destinar seus recursos para a construção de infraestrutura pública, já que esta renda se destina diretamente ao pagamento da dívida. Ainda de acordo com Chossudovsky (1999), desde os anos 1980 a “diminuição da pobreza” se tornou um condicionalidade para os empréstimos do BMI. Segundo o autor, essa diminuição proposta pelas IFIs ocorreria por meio de cortes nos orçamentos voltados à políticas sociais e redirecionamento para uma política de “administração da pobreza”. Os programas de “ajuda” aos pobres preveem a privatização dos serviços de saúde e educação que, muitas vezes, passam a ser realizados por organizações da sociedade civil financiadas por programas de ajuda internacionais.

O Brasil dos anos 1990 é acometido diretamente por esses processos. Como lembra Chossudovsky (1999), a eleição de Fernando Collor de Mello marca o início de uma nova democracia sob controle direto das instituições de Wall Street. Os impactos do Plano Collor levariam a um aumento significativo do desemprego e uma queda abismal dos salários reais, além do aniquilamento dos programas sociais, seguindo as condicionalidades dos empréstimos contraídos com o FMI pelo país. O principal objetivo dos credores não era cobrar a dívida, mas garantir que o Brasil permanecesse endividado por muito tempo e que a economia nacional e o Estado fossem reestruturados em benefício dos próprios credores. A queda de Collor e a sucessiva posse de Itamar Franco não modificou o cenário nacional. Apesar de promessas de aumento dos salários reais, diminuição dos tributos e modificação nos programas de privatização, os acordos com o FMI não permitiram a efetivação das políticas. Como terceiro Ministro da Fazenda deste governo, Fernando Henrique Cardoso atuou no sentido da incorporação das demandas do FMI, em detrimento das

promessas de Itamar. O “sucesso” das ações junto ao FMI renderam a FHC a Presidência da República nas eleições de 1994.

Durante o governo FHC a política macroeconômica acelerou o êxodo rural e a pobreza urbana foi intensificada. Os “programas de metas” para “ajudar os pobres” e a privatização da saúde e educação foram colocados como formas eficientes de implementar programas sociais. A “administração da pobreza” foi direcionada às ONGs, muitas delas fundadas ao longo do governo Collor por meio dos “programas de ajuda” internacionais. Vale ressaltar que o Governo FHC cumpriu também um papel preponderante nesse sentido. Em 1995 foi colocado em prática o chamado “Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado” que, dentre outras medidas voltadas para a “modernização gerencial”, instituiu as “Organizações Sociais”, ou OSs, como primeira entidade “de direito privado que, por iniciativa do Poder Executivo, obtêm autorização legislativa para celebrar contrato de gestão com esse poder, e assim ter direito à dotação orçamentária”. (Presidência da República, 1995, p.60).

As OSs foram propostas como forma de diminuir as atribuições do Estado - entendido como ineficiente - e, ao mesmo tempo, como uma resposta aos anseios por participação popular existentes na sociedade e refletidos na Constituição de 1988, deslocando o sentido da cidadania e da participação para uma perspectiva neoliberal. A instituição das OSs e as demais entidades jurídicas subsequentes (tais como as OSCIPs) provocou um verdadeiro *boom* no número de ONGs no país, que passaram a ocupar cada vez mais funções públicas anteriormente atribuídas ao Estado. Segundo o IBGE, 71,7% de todas as Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos estabelecidas no país até 2012 foram criadas entre 1991 e 2010. (IBGE, 2012, p.30).

Pedro Arantes (2006) argumenta como essa dinâmica, aplicada às cidades, faz parte de uma “Agenda Urbana do Ajuste”. (ARANTES, 2006). O autor pontua que a dominação pela dívida - tal como descrita por Chossudovsky (1999) - funcionava não apenas em nível nacional, mas também aplicada às administrações municipais. Nesse sentido, a falência dos modelos de financiamento estatais (em favor de um empresariamento urbano) levava os municípios a contrair empréstimos com as IFIs que, assim como aqueles contraídos pelo Governo Federal, vinham repletos de condicionalidades. Arantes argumenta que, no nível municipal, uma das principais exigências de “governança” impostas pelas IFIs era justamente a instituição de mecanismos de participação social, que passavam a receber ingerências destas instituições, sendo enxergados como instrumentos de *management*, mais do que interfaces com a sociedade civil.

Para Chossudovsky (1999, p. 181), essa “microdemocracia” instalada pelo Terceiro Setor sob vigilância das agências de fomento tinha, também, como finalidade, controlar os movimentos sociais independentes. Por fim, o autor argumenta que as reformas financiadas pelo FMI contribuíram para um aumento significativo da pobreza no país, bem como para uma polarização social. Além disso, o enfraquecimento do Estado levou a uma instabilidade nas forças armadas, violações dos direitos humanos e aumento da violência urbana. Segundo Chossudovsky (1999) desde o início do governo Collor até o fim dos anos 1990, o comando do país foi realizado por um poder paralelo sediado em Washington.

Evelina Dagnino (2004, 2002) interpreta esta “contaminação” entre a participação social e o neoliberalismo como uma *confluência perversa*. A autora argumenta que, ao longo das décadas de 1980 e 1990, observa-se a vigência de dois movimentos antagônicos no âmbito da sociedade civil: i) um projeto democratizante, baseado na efervescência dos novos movimentos sociais, na formação de instâncias de participação e nas conquistas da constituição cidadã; e ii) o projeto neoliberal, baseado no enfraquecimento do Estado e sua progressiva isenção “de seu papel de garantidor de direitos, através do encolhimento de suas responsabilidades sociais e sua transferência para a sociedade civil”. (Dagnino, 2004, p.142). Dagnino argumenta que estes dois projetos aos poucos se entrelaçam a partir de uma disputa de significados, atores e espaços envolvidos nos processos participativos, que acabam por corroborar em suas atividades para um fim antagônico ao projeto democratizante, porém, expresso em termos coincidentes. Segundo a autora este processo leva à concepções de “sociedade civil”, “participação” e “cidadania” esvaziadas, baseadas menos na real representatividade frente à sociedade civil, e mais em uma cooperação técnica e acrítica com o poder público, e na corroboração com as exigências de “ajuste estrutural” impostas pelas agências internacionais financiadoras e reguladoras de muitas dessas organizações da sociedade civil. (DAGNINO, 2002).

O BRASIL DOS ANOS 2000 E A APROXIMAÇÃO ENTRE A SOCIEDADE E O ESTADO

A situação descrita na seção anterior a partir de Chossudovsky (1999), Dagnino (2004) e Arantes (2006) refere-se, sobretudo, a uma condição política e econômica vivenciada na década de 1990. A captura da participação social e a multiplicação de ONGs enquanto detentoras de responsabilidades públicas são, conforme demonstrado, fenômenos diretamente vinculados à situação econômica do país e à ingerência internacional ocasionada pelo endividamento. Entretanto, ao longo da década de 2000, esse cenário se modifica substancialmente. Os impactos sociais das medidas de austeridade deram fôlego à candidatura de Lula que, desde as eleições de 1989 aparecia como principal representante deste movimento de efervescência da sociedade civil pós ditadura militar (sobretudo na figura do novo sindicalismo). Assim, após a vitória no pleito de 2002, o Governo Lula foi responsável por elevar o Brasil, de uma situação de endividamento severo com o FMI, a credor desta mesma instituição.

Além disso, neste período, o país acumulou reservas cambiais de US\$ 370 bilhões, elemento fundamental para reduzir a vulnerabilidade do Brasil no cenário internacional, inclusive frente à crise financeira de 2008. Aloizio Mercadante e Marcelo Zero (2018) argumentam que o acúmulo de reservas cambiais representou uma importante inflexão macroeconômica em relação ao período anterior, marcado pela crise da dívida externa. Os autores sustentam que as reservas representaram a superação da estratégia de “âncora cambial”, adotada após o Plano Real, que teria levado o país à subordinação às condicionalidades de ajuste estrutural impostas pelo FMI. (MERCADANTE; ZERO, 2018, p.67).

Este período também foi marcado por uma reorientação nas relações internacionais em busca da formação de arranjos contra-hegemônicos, baseados na cooperação Sul-Sul, com destaque para a formação dos BRICS. A iniciativa da formação do bloco veio acompanhada da criação de um banco de desenvolvimento -

o chamado New Development Bank (NDB), ou Banco dos BRICS - e da formação de reservas cambiais conjuntas - no Acordo Contingente de Reservas. Essas medidas apontavam no sentido da busca por novos mecanismos de financiamento de projetos de infraestrutura e desenvolvimento para estes países (bem como outros países do Sul Global) e de blindagem em relação às arbitrariedades do sistema financeiro internacional, preponderantemente controlado pelas instituições sediadas em Washington (BM e FMI). Além disso, os BRICS tiveram papel central na reforma do FMI, que levou à ampliação do poder decisório dos países em desenvolvimento na instituição. (MERCADANTE; ZERO, 2018, p.69).

Internamente, a estrutura de financiamento de projetos também alterava-se radicalmente. Com a redução da dependência internacional, os bancos públicos brasileiros assumiram um papel de destaque na propulsão do desenvolvimento nacional. Além da escalada de relevância de bancos de varejo na disponibilização de crédito para a população, como o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal, o BNDES tornou-se um verdadeiro motor do crescimento. Em paralelo à criação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), em 2007, o BNDES foi responsável pela formação de um “novo padrão de financiamento de longo-prazo” para investimentos em infraestrutura que, ao contrário do que ocorria com os financiamentos internacionais, não impunha condicionalidades políticas e praticava prazos generosos. Com isso, os investimentos em infraestrutura no país cresceram vertiginosamente nas mais diversas categorias (linhas de transmissão de energia elétrica, rodovias, moradia, etc.). Este novo movimento levou o BNDES a um volume de financiamentos superior ao do Banco Mundial. (MERCADANTE; ZERO, 2018, p.73-76).

Em paralelo às mudanças no cenário macroeconômico e nas relações internacionais, o Governo Lula também se destaca por uma reviravolta na relação estabelecida com a sociedade civil. Desenhado sobre o “tripé” sindicalismo, igreja católica progressista e intelectualidade, o Partido dos Trabalhadores (PT) refletia as demandas de grande parte dos atores sociais envolvidos no processo de redemocratização, agindo em parceria com importantes movimentos nacionais. Esta relação se evidenciou na realização do Fórum Social Mundial (FSM), em Porto Alegre, em 2001, no qual movimentos sociais e ONGs de todo o mundo se reuniram em paralelo a uma cúpula do Fórum Econômico Mundial, como forma de articular as demandas da sociedade civil em oposição às IFIs³. O fórum foi essencial na composição da base social que resultaria nos governos petistas.

A proximidade do partido com atores centrais no cenário das mobilizações sociais, acabou possibilitando ao governo Lula a formação de novas interfaces com a sociedade civil, muito distintas daquelas praticadas nos governos Collor e FHC sob recomendação das IFIs. Vale lembrar que o PT foi o ator central no desenvolvimento de uma série de políticas participativas no âmbito do municipalismo da década de 1990 (tal como o Orçamento Participativo) que se fortaleceriam em vários destes municípios na década seguinte.

³ De maneira contraditória a esta intenção de se opor à agenda neoliberal, Chossudovsky (2018) pontua que o FSM e diversas das organizações envolvidas receberam financiamentos de instituições vinculadas ao capital financeiro internacional, tal como a Fundação Ford, conforme retomaremos na próxima seção.

Enquanto isso, a nível federal, os governos do PT foram responsáveis pela realização de 115 conferências setoriais nacionais, 27 fóruns de discussão e formulação de políticas públicas e 15 Conselhos Nacionais, nos quais eram recebidos movimentos sociais e diversas representações da sociedade civil para a discussão de pautas caras à população. Além disso, sob forte influência dos movimentos sociais, foram instituídas diversas políticas setoriais, bem como formados ministérios e secretarias dedicados às questões de gênero, raciais, indígena, dentre outras. Esse movimento representa uma ampliação e diversificação das relações institucionais com a sociedade civil em relação ao que era praticado na década de 1990.

Os conselhos e conferências recebiam as mais diversas formas de representação, de movimentos sociais organizados à ONGs. Os mecanismos de participação social deliberativa em escala municipal tiveram um salto quantitativo e respaldo do Governo Federal no financiamento de empreendimentos. Além disso, muitos dos antigos militantes dos movimentos sociais, que contribuíram com a formação das bases sociais dos novos governos, passaram a fazer parte dos ministérios e secretarias, estando diretamente conectados com os processos decisórios. Diversos intelectuais veem essa incorporação dos líderes sociais no governo como um mecanismo de enfraquecimento dos movimentos. Maricato (2010), apesar de reconhecer a amplitude das ações governamentais no sentido de criação de importantes Ministérios e espaços de debate com a sociedade civil, afirma que tais ganhos tendem a ocupar espaço meramente “juridicista” e “institucional” e que, no limite, reforçam o espectro clientelista sempre presente na política nacional. Além disso, a autora questiona a legitimidade participativa nos conselhos, tendo em vista que eram ocupados majoritariamente pelas lideranças dos movimentos, não alcançando uma representatividade real da população brasileira em termos demográficos, raciais e de gênero.

Uma das principais medidas tomadas no sentido da priorização da questão urbana e da participação social neste âmbito, foi a criação do Ministério das Cidades. Esta iniciativa gerou grande entusiasmo entre os intelectuais vinculados ao debate urbanístico, na expectativa de uma aplicação daquilo que tinha sido instituído no Estatuto da Cidade (2001) e formulado ao longo de anos de Movimento pela Reforma Urbana. Entretanto, para parte significativa desses estudiosos, o órgão acabou se tornando insuficiente para conter as diversas problemáticas que solaparam as cidades brasileiras. Maricato (2013) aponta que a questão urbana se tornou um ponto de inflexão frente às políticas de desenvolvimento adotadas ao longo da primeira década do século XXI.

Os volumosos investimentos em infraestrutura, mencionados anteriormente, aos poucos produziram um descompasso entre suas inserções territoriais e seu papel enquanto políticas anti-cíclicas de contenção da crise econômica. Destaca-se o caso do Programa Minha Casa Minha Vida (criado em 2009) que, mais do que um mecanismo para enfrentar o déficit habitacional, funcionou como forma de movimentar o setor da construção civil, gerar empregos e combater os efeitos da crise de 2008, ocasionando o que Maricato (2013) chamou de um *boom imobiliário*⁴. A autora observa que, apesar de gerar um significativo crescimento econômico, a

⁴ Conforme apontam Mercadante e Zero (2018, p.37), “entre 2009 e 2016, foram contratadas 4,5 milhões de moradias, em 96% dos municípios brasileiros (...) Sendo que para as famílias com renda de até R\$ 1.600,00, onde se concentra o grande déficit habitacional foram entregues 1,7 milhões de moradias.”

criação do programa significou um esquecimento do cerne da agenda da Reforma Urbana: a reforma fundiária/imobiliária. Maricato (2013) lembra, ainda, que a desoneração da indústria automobilística somada ao não investimento em melhorias para o transporte coletivo, levou à duplicação do número de automóveis circulando pelas ruas do país e, conseqüentemente, a um caos urbano, principalmente em grandes cidades. A questão da mobilidade, junto aos demais problemas urbanos, foi a faísca necessária para a eclosão do principal levante brasileiro do século: as Jornadas de Junho de 2013⁵.

Apesar dos índices recordes de popularidade dos governos petistas ao final da década de 2000, a progressiva insatisfação de lideranças sociais e intelectuais com as políticas implementadas - muito relacionadas a frustração de expectativa nutridas nos períodos anteriores - vinha gerando fraturas nas bases sociais dos movimentos de esquerda. Ao início dos protestos de Junho, muitas organizações da sociedade civil que inicialmente colaboraram com os governos petistas - como no FSM ou mesmo na participação de conselhos - se opuseram ao governo da Presidenta Dilma Rousseff, dando corpo às manifestações. Por outro lado, movimentos sociais de base que fizeram parte da formação do PT, se ausentaram inicialmente das ruas abrindo espaço para uma série de novos movimentos e indivíduos que se apresentavam com pautas e estratégias inéditas. Maria da Glória Gohn (2014) argumenta que as manifestações eram compostas majoritariamente por pessoas de classe média que, em grande medida, realizavam seu “batismo na política”.

O ABANDONO DA RELAÇÃO SOCIEDADE-ESTADO EM FAVOR DO SISTEMA FILANTRÓPICO INTERNACIONAL

A intensa participação de ONGs e outras formas de organização do Terceiro Setor nas Jornadas de 2013 elevou a pauta das Organizações da Sociedade Civil (OSCs) a outro patamar no cenário nacional. Esse movimento causou grandes impactos no Governo Dilma e na sua relação com a sociedade civil, de forma que, no ano seguinte, a Secretaria-Geral da Presidência da República publicou o “Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil” (MROSC). O MROSC (Lei 13.019/2014) representou a instituição de novas e mais sofisticadas formas de se estabelecer relações entre poder público e OSCs, bem como entendimentos legais e fiscais produzidos no sentido de garantir segurança jurídica para estas organizações. O Marco, de certa forma, atualiza e renova a tendência estabelecida nos governos FHC com a criação das OSs e OSCIPs, no sentido da produção de um ambiente favorável para o crescimento em número e relevância institucional do Terceiro Setor.

A publicação da Lei 13.019/2014 ocorreu em um momento de grande turbulência política no Governo Federal. Apesar da reeleição de Dilma no pleito de 2014, vivenciava-se um processo de desaceleração do crescimento econômico marcado por uma sociedade cindida politicamente e abalada frente às reverberações dos movimentos de 2013. No plano governamental, experienciou-se uma paralisação em função da perda de influência do governo no congresso e da crise dos arranjos políticos vigentes. Pouco tempo depois, esse cenário culminou no golpe de 2016, a partir do qual abandonaram-se os esforços de desenvolvimento nacional realizados

⁵ Para uma leitura aprofundada de uma relação entre território, geopolítica e as Jornadas de Junho de 2013 ver Nobre; Schoenell e Porto (2019).

pelo governo Dilma, em favor da adoção do projeto neoliberal da “Ponte Para o Futuro”, sob Michel Temer. Este processo é sucedido por uma deterioração das condições sociais, econômicas e de trabalho, o que corrobora com uma intensificação da fragmentação social. Como desdobramento, Jair Bolsonaro elege-se Presidente no pleito de 2018, intensificando, ainda mais, o projeto neoliberal em andamento. Nesse sentido, a tentativa de reorientação da política econômica e externa, desenvolvida ao longo dos governos petistas, é preponderantemente abandonada. Apesar dos pequenos esforços no sentido do desenvolvimento nacional, o país não retorna a uma situação de endividamento externo, muito em função das reservas cambiais acumuladas. Ainda assim, boa parte dos mecanismos de financiamento internacional contra-hegemônicos, articulados pelo Brasil a partir dos BRICS, dentre outras estratégias, são minimizados na agenda política nacional.

No novo governo, a relação com as organizações da sociedade civil e a participação social ganham outro contorno. Destaca-se a dissolução de uma série de conselhos federais pelo Decreto 9.759, que extinguiria 650 conselhos caso o Supremo Tribunal Federal não tivesse julgado como inconstitucional a extinção daqueles instituídos por lei. Observa-se, ainda, a queda do número de Orçamentos Participativos em municípios com mais de 50 mil habitantes de 126 em 2008, para 43 em 2020 (WAMPLER, 2020)⁶. Isso além da dissolução do Ministério das Cidades, realizada em 2019, e a consequente suspensão das Conferências Nacionais das Cidades.

Além do desmonte da participação institucional, o Governo Bolsonaro adotou uma retórica inflamada em relação à sociedade civil organizada. Respondendo, em grande medida, à radicalização do debate político nacional, o governo aponta constantemente como inimigos os movimentos sociais organizados e as ONGs. Por outro lado, observa-se um Terceiro Setor que ainda se mantém consolidado apesar dos ataques do governo, provavelmente, em função da progressiva regulamentação desta categoria a partir dos anos 1990. Nesse sentido, enquanto as interfaces sociedade-estado deterioram-se, a atuação do Terceiro Setor, tanto de maneira independente do poder público (diretamente em contato com a sociedade), quanto como responsável por funções anteriormente delegadas ao Estado, permanece amparada por volumosos financiamentos. De certa forma, cria-se um nicho de segurança jurídica e garantias financeiras no qual ainda é possível debater questões caras à sociedade civil. Entretanto, esse nicho parece cada vez mais distante das organizações de base - como aquelas presentes no processo de redemocratização - e mais próximas às fundações e corporações que as financiam⁷.

Se no início do século vivenciava-se uma atuação conjunta entre Estado, movimentos sociais, participação institucional e ONGs, atualmente observa-se a oposição radical entre o Estado e as demais categorias. No lugar de uma construção conjunta das questões da sociedade civil, pautada por uma coerência interna, têm-se

⁶ Conferência ministrada pelo professor Brian Wampler para o webinar Cartografia do Orçamento Participativo. Disponível em:
<https://www.youtube.com/watch?v=ud2fHTjdWN4&t=2425s&ab_channel=OPBHCartografia>.
Acesso em: 25/11/2021.

⁷ Vale ressaltar que os financiamentos internacionais para estas organizações não se iniciam ao final dos governos petistas, mas representam um padrão de financiamento do Terceiro Setor desde sua gênese. Entretanto, o que está sendo pontuado neste momento é um enfraquecimento da participação institucional e um protagonismo atribuído ao Terceiro Setor.

a criação de nichos incomunicantes. Questiona-se, então, se o enfraquecimento do elo Estado-sociedade civil organizada, apesar de ser proposto sob uma retórica de soberania nacional, não atuaria em direção oposta criando vulnerabilidades e o consequente enfraquecimento do próprio Estado e de sua soberania. Isso porque, observa-se que neste novo processo o Estado é aos poucos suprimido na equação das problematizações e soluções no âmbito da sociedade civil, abrindo espaço para uma relação independente entre os financiadores e os movimentos sociais e ONGs⁸. Desta forma, pergunta-se o que de fato esse afastamento significa no âmbito das lutas sociais, tendo em vista que, de maneira geral, o principal elo de tais organizações passa a ser aquele com seus financiadores, em muitos casos, grandes fundações globais vinculadas ao capital transnacional. Se na década de 1990, a dominação se dava pela ação das IFIs sobre o Estado, seria possível dizer, então, de uma nova e mais refinada forma de dominação do poder econômico internacional, não mais pela dívida, mas por meio dos mecanismos de ação social?

Nesse sentido, questiona-se também se a participação social não se torna progressivamente restrita àquilo que David Harvey (2016) chamou de “filantropia capitalista”, ou seja, uma ação social indissociável da própria atuação empresarial dos entes financiadores das OSCs. O autor faz referência às fundações filantrópicas - tais como a Fundação Ford (FF), a Open Society Foundations (OSF), dentre outras - como parte de um “gigantesco negócio”. Isso porque elas representam os “braços sociais” de grandes corporações, nas quais “presidentes de empresas, chefes de Estado procuravam respostas com a mão direita para problemas que as outras pessoas presentes na sala tinham criado com a mão esquerda.” (HARVEY, 2016, p. 195).

Na esteira dos argumentos de Harvey (2016) questiona-se o enquadramento deste mecanismo naquilo que Chossudovsky (2010) denomina como *fabricação da dissidência*, ou seja, a interferência direta das corporações nos movimentos de luta de forma a controlar suas ações. Segundo o autor, para que seja possível fabricar uma dissidência não é necessário nenhum esforço além de financiá-la. Assim, as elites econômicas, principalmente por meio de suas fundações, fiscalizam e controlam a atuação de várias organizações da sociedade civil que progressivamente têm se tornado dependentes dos fomentos filantrópicos de forma direta ou indireta. (CHOSSUDOVSKY, 2010, não paginado). Ou seja, essas organizações passam a compor uma rede de filantropia formada por fundações e ONGs espalhadas por várias partes do mundo, na qual circulam aportes financeiros em diferentes direções, tornando o rastreamento do dinheiro algo desafiador. Entretanto, vale observar que muitos dos ativistas vinculados às organizações da sociedade civil não têm ciência de quem, de fato, os financia e, como lembra Chossudovsky (2010), as ONGs acabam tendo sua manutenção completamente dependente destes aportes.

⁸ No Brasil, segundo o estudo da Secretaria-Geral da Presidência da República, realizado como parte do processo de formulação do MROSC, a principal forma de financiamento das OSCs são as doações de origem privada, sendo parte significativa delas provenientes da chamada “Cooperação Internacional”, que consiste em agências não governamentais de cooperação, agências governamentais estrangeiras e agências multilaterais estrangeiras (SECRETARIA GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2015, p.127-132).

No intuito de ilustrar os mecanismos de fabricação da dissidência, Chossudovsky (2010) indica o FSM (2001) como um expoente da contradição estabelecida entre ação resistente e financiamento. O FSM teve como motivação central o questionamento dos processos de globalização e da conformação de uma nova ordem capitalista. Entretanto, o que grande parte dos ativistas presentes não sabia é que os principais financiadores do encontro eram representantes desta ordem, com destaque para a FF. A contradição entre o financiamento e o mote do movimento leva a questões fundamentais a respeito do intuito das fundações ao depositarem dinheiro naquilo que, de alguma forma, se voltaria contra elas. O autor aponta para duas estratégias embutidas nesse processo. A primeira diz respeito ao papel ambivalente de grande parte dos líderes progressistas que, devido à sua relação estreita com atores centrais dos redutos internos de poder, acabavam deixando de cumprir partes fundamentais de seus compromissos com as bases que representavam. Já a segunda, diz respeito ao formato do evento que, para o autor, se deu de maneira estrategicamente fragmentada. Ou seja, ao criar diversos Grupos de Trabalho abordando diferentes temas de forma seccionada, o FSM viu seu objetivo primeiro de luta antiglobalização reduzido a pequenos e ineficientes nichos de discussão (CHOSSUDOVSKY, 2018).

Assim, cada vez mais, esta *rede filantrópica internacional* encarrega-se da estruturação das diversas formas de ação social, determinando - não com ordens diretas, mas a partir de condicionalidades em seus financiamentos - a compartimentalização dos movimentos, os meios de atuação e, no limite, as pautas. Com isso, o próprio sentido das resistências é colocado em jogo, imbricando a subjetividade dos atores sociais como um ativo neste complexo e rentável sistema de financiamentos. A partir desta simbiose entre o capital financeiro internacional e as redes da filantropia, questiona-se se a configuração desta *rede financeiro-filantrópica internacional* não representaria uma avançada face do que Guattari e Rolnik (2011) chamaram de Capitalismo Mundial Integrado. Ou seja, a complexa compreensão e captura dos métodos e pautas das lutas, a partir dos editais de financiamentos filantrópicos, como uma sofisticada peça de uma máquina mundial de produção de subjetividades.

APROXIMAÇÃO CARTOGRÁFICA À REDE FINANCEIRO-FILANTRÓPICA INTERNACIONAL

Observando a grande ingerência desta rede filantrópica na organização da sociedade civil e sua posição em relação ao Estado, deu-se início a um processo de investigação empírica. A existência de um grupo organizações filantrópicas ligadas ao capital financeiro internacional, conforme pontuado por Harvey (2016), fomentou um desejo de compreensão da rede à qual essas organizações pertencem. Além disso, a existência de uma fabricação da dissidência através de financiamentos, como coloca Chossudovsky (2010), fortalece a necessidade do rastreamento do capital circulante nessas relações, sendo ele a peça central desse jogo de forças.

Desenvolveu-se, então, um método de pesquisa com o objetivo de entender os desdobramentos desse esquema no território brasileiro, atentando-se ao aspecto da transescalaridade. Deu-se início a um levantamento dos dados disponibilizados por algumas organizações filantrópicas atuantes no Brasil que se destacaram no

decorrer da investigação. Dessas fontes foram colhidas as datas dos subsídios, o montante doado, as localizações dos projetos favorecidos, bem como uma breve descrição da fundação financiadora sobre a destinação dos recursos. Os sites das organizações donatárias também serviram de fontes para o estudo, deles foram extraídos breves descrições de cada organização sobre suas pautas predominantes, bem como seus principais antagonistas e instituições parceiras. Outras instituições financiadoras dessas organizações também foram registradas, para cruzamento posterior das informações. Todos esses dados foram sintetizados em planilhas, conforme Figura 01, e, posteriormente, foram confeccionados gráficos que permitem a compreensão da relação entre as organizações estudadas e as fundações. Destaca-se que a pesquisa ainda está sendo desenvolvida e conta com um método processual e aberto, podendo sofrer adaptações ao longo do tempo. As análises aqui expostas não correspondem a uma verdade totalizante a respeito das organizações investigadas, mas indicam pistas e questionamentos em um percurso cartográfico constante.

G	H	I	J	K	L	M	N
ano	logo	quem a fundação financia	pautas principais de quem é financiado (rastreadas no sites e blogs atuais, não necessariamente as mesmas pautas da época)	Print cofinanciamento 2019	fontes	valor	local de aplicação dos recursos
2018		Global Justice	FORD: Fortalecer o Comitê Brasileiro de Proteção dos Defensores dos Direitos Humanos para responder a violações de direitos, violência e criminalização e proteger a segurança dos defensores dos direitos humanos em risco. SITE FUNDADAÇÃO: Somos uma organização democrática de justiça social que trabalha como parte de um movimento global para desafiar os poderosos e criar um mundo mais justo e igualitário. Mobilizamos as pessoas no Reino Unido para a mudança e agimos em solidariedade com os que combatem a injustiça, particularmente no sul global. Ampliar as vozes dos grupos que tentam impedir a aquisição de seus recursos; Forjar uma comunidade para mudanças aqui no Reino Unido; Usando o sistema político para controlar o poder das grandes empresas.		https://www.globaljustice.org.uk/ financiamento: https://www.globaljustice.org.uk/attac	\$300,000	Reino Unido
		Global Justice	FORD: Apoio geral à promoção e proteção dos direitos humanos, resposta à regressão dos direitos e busca de reparação por violações e ao apoio central ao fortalecimento institucional! SITE FUNDADAÇÃO: Somos uma organização democrática de justiça social que trabalha como parte de um movimento global para desafiar os poderosos e criar um mundo mais justo e igualitário. Mobilizamos as pessoas no Reino Unido para a mudança e agimos em solidariedade com os que combatem a injustiça, particularmente no sul global. Ampliar as vozes dos grupos que tentam impedir a aquisição de seus recursos; Forjar uma comunidade para mudanças aqui no Reino Unido; Usando o sistema político para controlar o poder das grandes empresas.		https://www.globaljustice.org.uk/ financiamento: https://www.globaljustice.org.uk/attac	\$250,000	Reino Unido
		CAMTRA - Casa da Mulher Trabalhadora	FORD: Organizar cursos de treinamento, seminários e campanhas de conscientização sobre os direitos das mulheres para empoderar as trabalhadoras de ascendência africana, inclusive as portadoras de deficiência, de comunidades de baixa renda do Rio de Janeiro e promover a igualdade racial e de gênero		https://camtra.org.br/ financiamento: https://camtra.org.br/	\$100,000	Rio de Janeiro
			FORD: Fortalecer e garantir os direitos dos povos indígenas no Estado				

Figura 01: Planilha para sistematização de dados. Fonte: acervo dos autores.

A partir dos discursos ligados a cada financiamento, presentes nos sites das fundações investigadas, foi criada uma categorização de eixos temáticos que condensa as pautas de atuação e interesses das referidas organizações em 4 grandes grupos: (i) **Sociedade Aberta** - inclui temas como combate à corrupção, governo aberto, democracia direta, liberdade de imprensa, criação de redes, imparcialidade e participação; (ii) **Direitos Humanos** - diz respeito a assuntos ligados a liberdades individuais, direito de minorias, defesa de comunidades sub representadas, direito à cidade e desarmamento; (iii) **Política Pública** - engloba temas como a saúde pública, educação, combate à pobreza e segurança pública; (iv) **Ambientalismo** - com pautas voltadas ao clima, sustentabilidade, desenvolvimento sustentável e descriminalização da maconha, como representado na Tabela 01. Tal estratégia foi implementada pela necessidade de padronizar as análises, permitindo que os dados de diferentes fundações pudessem ser diretamente comparáveis. Essa categorização serve como base para o rastreamento do financiamento de pautas

identificando as narrativas que recebem maior montante de capital em determinados períodos, a regularidade das doações e a quantidade de dinheiro injetada em cada frente de ação do Terceiro Setor.

CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS
Sociedade Aberta/ Sociedade Civil/ Open Government / Cidade Aberta	Combate à corrupção imparcialidade / justiça social
	Governo Aberto rede / articulação organizacional
	Democracia direta/participação modelo de sociedade / cidade
	Liberdade de imprensa
Direitos Humanos/ Direitos Humanos/ Liberdades individuais	Indígenas pautas urbanas / defesa de comunidades subrepresentadas
	Feminismo direito a cidade / direito a moradia / direito a terra
	Combate ao racismo desarmamento / cultura
	LGBT direitos de minorias
Ambientalismo	Clima/ Sustentabilidade
	Maconha
Política Pública	Saúde pública
	Educação
	Combate à pobreza Segurança Pública

Tabela 01: Legenda das atribuições de cores e pautas. Fonte: acervo dos autores.

Para dar início à pesquisa levou-se em consideração os apontamentos de Chossudovsky (2018) a respeito do financiamento do FSM, que teve a Fundação Ford (FF) como um dos principais mantenedores, sendo esta a primeira a ser analisada. Criada em 1936 por Henry Ford e inicialmente ligada à Ford Motor Company, a FF tem usado seu montante para subsidiar diversos projetos de promoção da democracia, redução do racismo e da pobreza. (FUNDAÇÃO FORD, 2021)⁹. Entretanto, o perfil de seus financiamentos, mediadores da relação sociedade civil-Estado em diversos países, não distanciam a organização dos interesses do capital financeiro internacional.

No Brasil, a FF iniciou suas atividades em 1962, com a criação do seu primeiro escritório no Rio de Janeiro. A priori a organização mantinha laços estreitos com agentes estatais, financiando projetos ligados à reforma educacional, meio ambiente e saúde reprodutiva. Na época, os alvos de recurso eram as principais universidades e centros de pesquisas públicas do país, como a Coordenação do Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que representavam 28 dos 50 maiores donatários

⁹ FUNDAÇÃO FORD. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Funda%C3%A7%C3%A3o_Ford&oldid=62122493. Acesso em 21 nov. 2021.

de 1960 a 2001, concentrando 72% dos mais de 234 milhões de dólares injetados nesse período (BROOKE; WITOSHYNSKY, 2002).

De 1960 ao final da década de 70, o financiamento se mantinha alto e concentrado em poucas instituições. Após um declínio entre 1976 e 1984, houve uma mudança de direção do escoamento de recursos, pois a Fundação se despreendeu das instituições públicas e se voltou para Organizações da Sociedade Civil. Assim, fragmentou-se o volume de financiamentos à medida que se reaqueceu exponencialmente a injeção de investimentos, estimulando o desenvolvimento do Terceiro Setor, conforme exposto nos Gráficos 01 e 02.

Esse processo de fragmentação dos investimentos se desenha com maior intensidade nas décadas seguintes. Porém, ainda são mantidos laços com os principais centros de pesquisa do país, como da Universidade de São Paulo (USP), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Fundação Getulio Vargas (FGV), ainda que em menor escala.

Montante doado X número de doações por ano da Fundação Ford no Brasil (1960-2001)

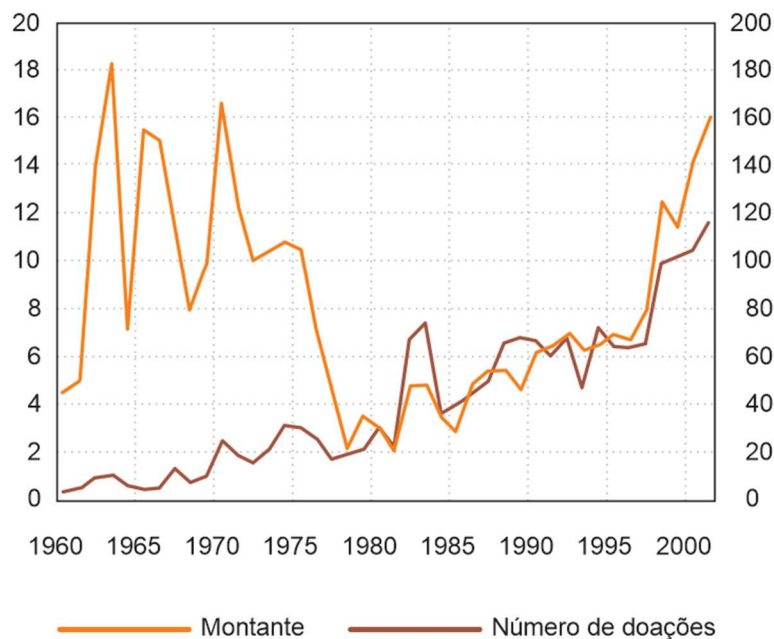


Gráfico 01: Montante doado x número de doações por ano da Fundação Ford no Brasil (1960-2001).
 Fonte: Brooke e Witoshynsky (2002) - adaptado pelos autores.

Média de doações por década por tipo de organização pela Fundação Ford no Brasil (1960 - 2001)

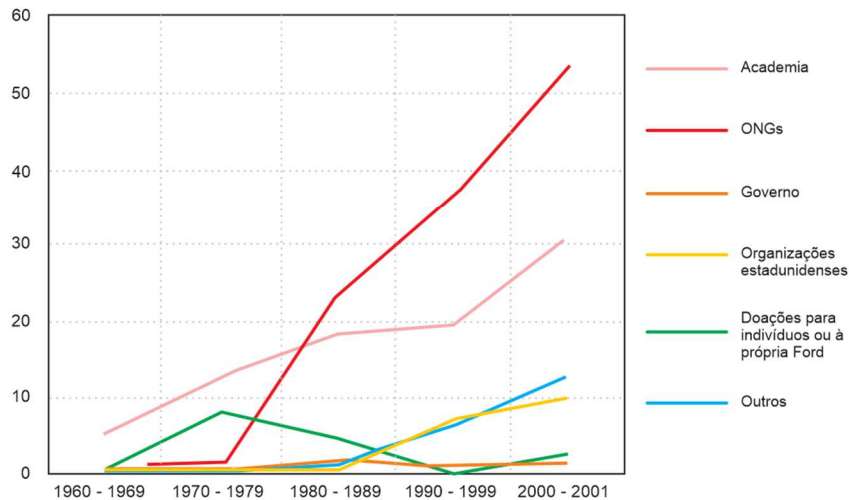


Gráfico 02: Montante de doações por década por tipo de organização pela Fundação Ford no Brasil (1960-2001). Fonte: Brooke e Witoshynsky (2002) - adaptado pelos autores.

No site da FF, é possível encontrar um extenso histórico de todos os seus financiamentos a partir de 2006 no mundo (conforme indicado na Figura 02), o que proporcionou uma base robusta para a análise não só do montante em circulação no Brasil a partir desse período, mas também de demais detalhes que pudessem mostrar diferentes aspectos dessas doações. Com os dados disponibilizados pela fundação em seu website, o método descrito anteriormente foi aplicado, resultando na construção de uma série de grafos e diagramas que esquematizam o caráter das transações ocorridas no período entre 2006 a 2019¹⁰, que serão analisados a seguir.

¹⁰ Tendo em vista que a pesquisa se iniciou no ano de 2019, esta foi a data utilizada como referência para análise dos dados e produção deste artigo. Ressalta-se que haverá uma continuidade nos processos investigativos possibilitando novas análises ao longo do tempo.

Nuvem de palavras 01: Fundações financiadas pela Fundação Ford entre 2006 e 2019. Fonte: acervo dos autores.

O protagonismo de ONGs brasileiras que atuam como *hubs* de recursos para organizações menores, como ABONG, Fundo Brasil e Fundo Baobá também é um indicativo importante da estratégia de espraiamento de recursos no território brasileiro, conforme indicado pelo Diagrama 01. O número de mediadores entre o doador principal e os projetos locais aos quais será destinada a quantia complexifica a rede de interações, fazendo com que seja cada vez mais difícil o rastreamento dos recursos.

Sobrepondo a frequência de financiamento com a localização da sede de cada donatário é possível traçar territorialmente os principais focos recebedores de investimentos. Assim, o Diagrama 01 traz marcações correspondentes em escala de tamanho e cor ao número de doações realizadas para as instituições da América Latina que têm projetos em território brasileiro. Nota-se que apesar de um espraiamento por praticamente todas as capitais e regiões do país, o sudeste do Brasil, sobretudo o eixo Rio-São Paulo, concentra a grande maioria das instituições donatárias, provavelmente pelo papel das duas cidades enquanto catalisadoras do mercado, da produção midiática, e de parte dos movimentos reivindicatórios do país. Em outros países também há projetos que têm atuação em território brasileiro, embora em proporcionalidade drasticamente menor do que os localizados no Brasil.

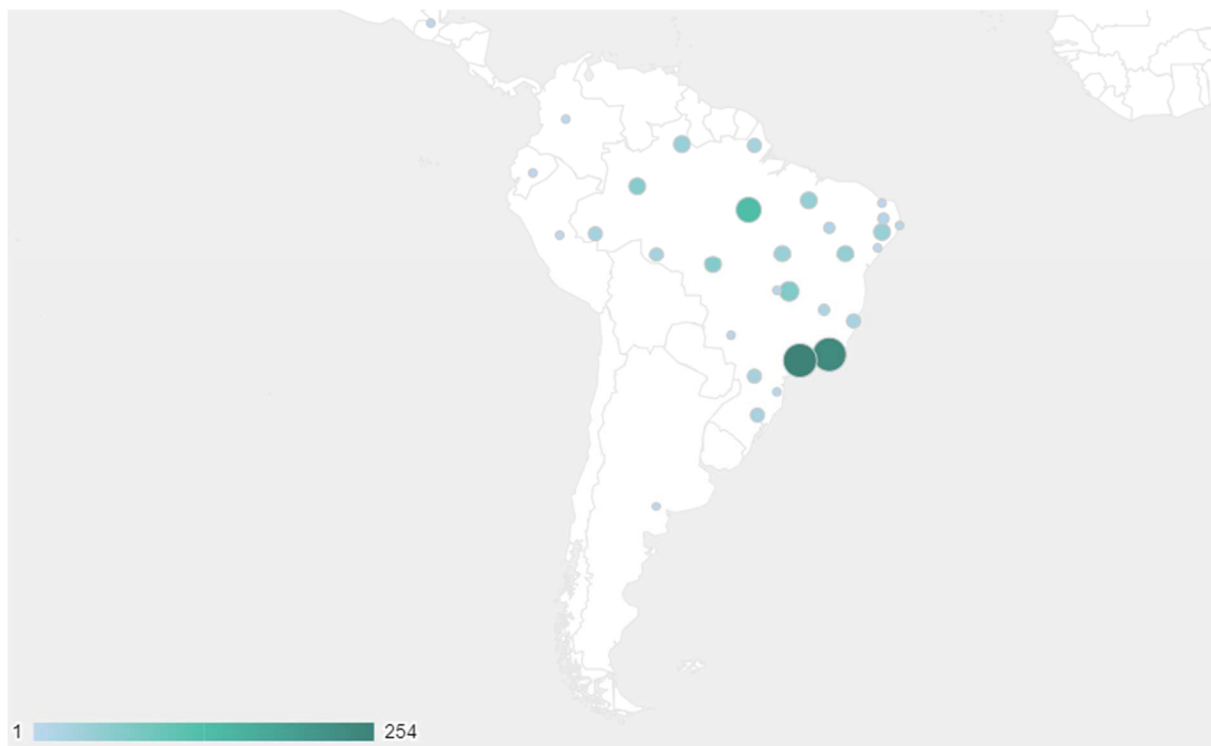


Diagrama 01: Concentração geográfica de investimentos na América Latina por país, e no Brasil por Unidades da Federação. Elaborado pelos autores.

Buscou-se, ainda, identificar entre todas as entidades financiadas aquelas que receberam um montante igual ou superior a um milhão de dólares durante o período de 2006-2019. Dessa forma, o Gráfico 03 elucida os maiores donatários (55) e o

volume de subsídios recebidos, segundo dados disponibilizados pela própria FF. Vale destacar a perda de protagonismo das instituições de ensino e pesquisas públicas, em decorrência da ascensão de ONGs e, principalmente, das fundações de distribuição.

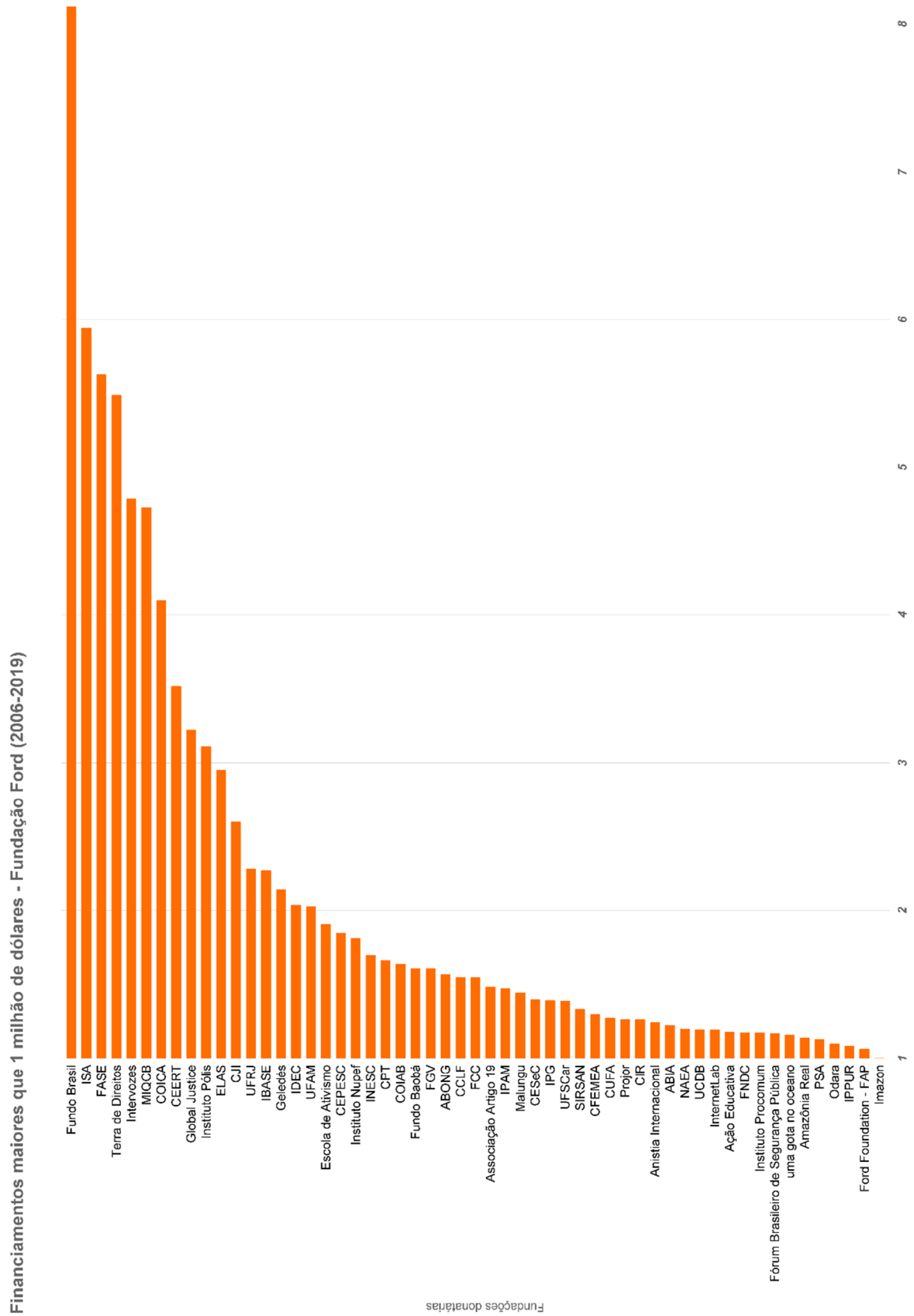


Gráfico 03: Gráfico das instituições que receberam mais de 1 milhão de dólares, levando em conta os financiamentos de 2006 a 2019. Fonte: acervo dos autores.

Ademais, a divisão de pautas¹¹ em categorias proporcionou a criação de diagramas (agora voltados especificamente às 55 organizações mais beneficiadas segundo gráfico anterior) que além de ilustrarem as temáticas mais financiadas, permitem um vislumbre dos discursos que a própria FF atrela a cada um dos aportes monetários. De acordo com a categorização adotada pela pesquisa, o Gráfico 04 apresenta, anualmente, a proporcionalidade de financiamento recebido por instituições vinculadas a cada um dos supracitados grupos de pautas. Desta forma, observa-se ao longo de todo o tempo uma preponderância das narrativas relacionadas à sociedade aberta e aos direitos humanos. Por outro lado, políticas públicas e pauta ambiental apresentam-se menos relevantes ao longo de todo o cenário.

Pautas das fundações financiadas pela Ford (2006-2019)

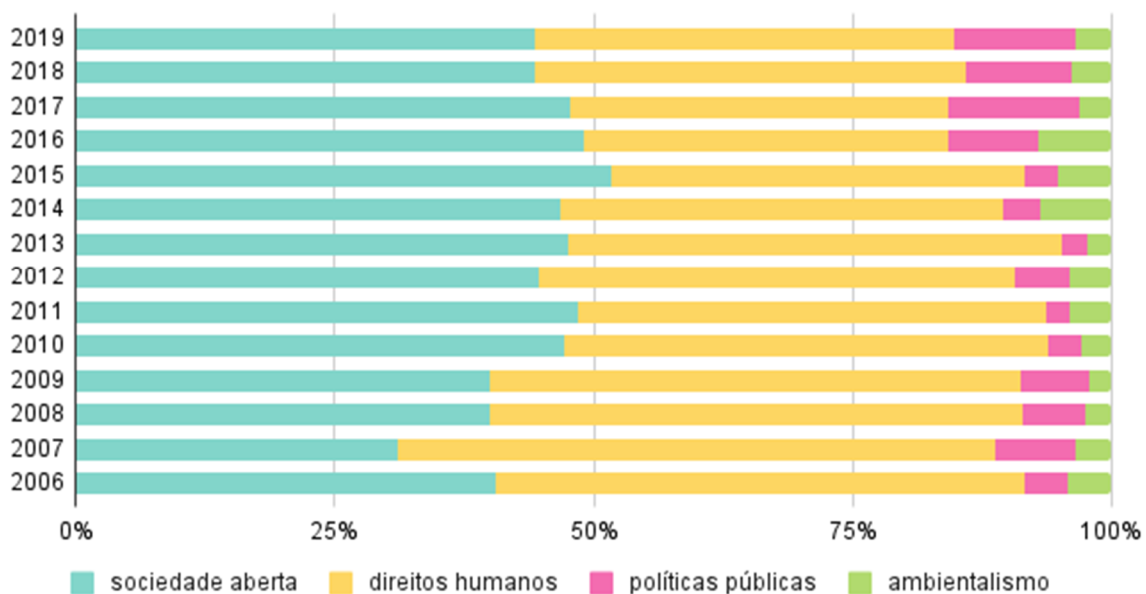


Gráfico 04: Proporção das doações anuais em relação às pautas pré categorizadas na pesquisa. As porcentagens foram obtidas analisando as descrições fornecidas pela Ford em relação a cada financiamento. Fonte: acervo dos autores.

As Nuvens de Palavras 02, 03 e 04 representam nominalmente as pautas defendidas pelas organizações de acordo com as descrições obtidas em seus próprios sites. Além disso, as pautas são categorizadas em cores, segundo a mesma divisão exposta anteriormente. Foram produzidas nuvens referentes a todos os anos de 2006 a 2019, entretanto, encontram-se reproduzidas neste artigo apenas as dos anos mais emblemáticos para as análises: (i) 2006 (Nuvem de palavras 2) - o período mais antigo no que se refere aos registros da Ford; (ii) 2013 (Nuvem de palavras 3) - ano de importantes mudanças no cenário político brasileiro devido ao acontecimento das Jornadas; (iii) e 2019 (Nuvem de palavras 4), quando se inicia a pesquisa e, portanto, o último ano incluído nos dados levantados.

¹¹ Destaca-se que, muitas vezes, as organizações financiadas apresentam mais de uma pauta, sendo todas contempladas na análise das proporcionalidades.

como um ponto de inflexão política? Além disso, o crescimento do número de pautas vinculadas a políticas públicas a partir do Golpe de 2016 (Gráfico 4) poderia indicar um fortalecimento de uma lógica de substituição do Estado por parte do Terceiro Setor?

Em um sentido mais amplo, o que poderia indicar a preponderância de “Sociedade Aberta” e “Direitos Humanos”? Conforme abordado anteriormente, a conformação do Império em Hardt e Negri (2014) é pautada preponderantemente por mecanismos jurídicos e morais. Esses mecanismos se fazem valer tanto pela ação direta de instituições supranacionais, quanto por estratégias de produção de subjetividade, para as quais, a consolidação de narrativas passa a ser uma ferramenta fundamental. Questiona-se, então, se a reverberação dessas pautas ao longo dos anos por organizações financiadas diretamente por este mecanismo transnacional, não poderia ser compreendida como a formação de uma univocidade global em torno de uma mesma concepção de democracia, direito e sociedade. Seria esse um indício de uma consonância com valores emergentes nas lógicas globais de dominação consolidadas na década de 1990?

A possibilidade da formação de um léxico global único só faz sentido se a produção de subjetividades for pensada como uma ferramenta de construção de narrativas a serem propagadas por diferentes atores em rede. Neste sentido, não é suficiente investigar apenas os fomentos realizados por uma Fundação, mas compreender a complexa rede de financiamentos que se forma por meio de um fluxo monetário multidirecional. Neste sentido, a exposição dos dados da FF em seu website permitiu não só a construção de uma tradução gráfica sobre o seu comportamento, mas simbolizou um passo inicial na descoberta de outras partes da rede de filantropia internacional. O registro de outras instituições que, em algum momento, financiaram alguma das organizações donatárias - denominadas de acordo com o método de instituições “co-financiadoras” - resultou também em um produto diagramático (Diagrama 02). Mais que uma coincidência de financiamentos, o produto demonstra uma confluência de interesses frisados pelos co-financiamentos, fortalecendo e desenhando com mais clareza a rede de filantropia internacional. A escala dos círculos representa a quantidade de financiamentos em comum que determinada instituição tem com a FF.



Diagrama 02: Co-financiamentos da Fundação Ford. A escala dos círculos representa a quantidade de financiamentos em comum que determinada instituição tem com a Fundação Ford. Fonte: acervo dos autores.

Observa-se a existência de uma série de outras fundações filantrópicas globais que co-financiam projetos amparados pela Ford (Open Society Foundations, Brot für die Welt, Heinrich Böll Stiftung, Oxfam, Oak Foundation, dentre outras), demonstrando a "redundância" na atuação destas organizações. Além disso, é visível, ainda que em menor escala, a presença de agências governamentais estrangeiras (USAID, União Europeia, Embaixada da Noruega, dentre outros), IFIs (BID), instituições ligadas ao mercado financeiro ("Fundação Itaú Social", "Itaú Cultural", "Itaú", etc.) e mesmo organizações filantrópicas e ONGs nacionais como co-financiadoras da FF. Em alguns casos, ONGs que recebem financiamento da FF co-financiam ao lado desta fundação outros projetos amparados por ela. Este movimento elucida a organização rizomática desta rede filantrópica que, por mais que conte com nós "maiores", não funciona a partir de um fluxo unidirecional. Naturalmente, salienta-se ainda o protagonismo da Open Society Foundations (OSF), fundada pelo bilionário George Soros, na rede obtida.

George Soros nasceu em 1930, na Hungria, onde enfrentou junto a sua família (de origem judaica) as arbitrariedades da ocupação nazista entre 1944 e 1945. Após emigrar para a Inglaterra (e, posteriormente, para os EUA), Soros se inicia na carreira de investidor, criando um dos fundos de investimento mais relevantes de todo o mundo. Como resultado de sua afinidade com o filósofo alemão Karl Popper, Soros cria em 1993 a OSF que, segundo a definição do próprio site da fundação, reflete os valores expressos por Popper em seu livro *Open Society and Its Enemies*, como a salvaguarda da "governança democrática, a liberdade de expressão e o respeito aos direitos individuais". (OSF, 2021¹² - Traduzido pelos autores).

Esta abordagem reflete, em grande medida, valores inerentes à consolidação Imperial, no sentido da consagração das democracias liberais capitalistas como regime social "vitorioso" ao final do século XX. Segundo alguns autores, a OSF é responsável por investir em diversos grupos ativistas envolvidos com levantes responsáveis pela reconfiguração geopolítica do mundo no pós-Guerra Fria. A exemplo, Luiz Alberto Moniz Bandeira (2016) indica uma relação direta entre a Fundação e a Revolução Laranja e o Euromaidan, ocorridos na Ucrânia (2005, 2014), responsáveis por aproximar o país do espectro político e militar da União Europeia e da OTAN em detrimento da Rússia.

A posição de Soros enquanto grande especulador do mercado financeiro e filantropo é bastante elucidativa da simbiose estabelecida entre estes dois meios. Teria a filantropia um papel complementar à finança enquanto projeto de poder e modelo de sociedade? Qual o significado político da afirmação destes "valores democráticos" pelas mesmas mãos que comandam os centros do poder financeiro imperiais? Como pode ser observado pela análise das pautas propagadas pela FF, os discursos defendidos e financiados pela OSF compõem e fortalecem um léxico político, econômico e social unívoco no sentido de propagação de um modelo hegemônico de democracia. A partir deste modelo de atuação, a OSF chega ao Brasil no ano de 2014, tendo sido responsável, desde então, pelo amparo de diversos

¹² Disponível no site da OSF: <

[https://www.opensocietyfoundations.org/george-](https://www.opensocietyfoundations.org/george-soros)

[soros?utm_source=google&utm_medium=cpc&utm_campaign=gs_082018](https://www.opensocietyfoundations.org/george-soros?utm_source=google&utm_medium=cpc&utm_campaign=gs_082018)>. Acesso em:25/11/2021.

grupos envolvidos com as Jornadas de Junho ocorridas no ano anterior, contando, inclusive, com o co-financiamento extensivo da FF para tanto. Por esses motivos, selecionou-se a OSF como próxima fundação a ser estudada na continuidade desta pesquisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em face dos percursos traçados por esta cartografia, alguns questionamentos emergem. Como exposto anteriormente, o Império pode ser compreendido como uma forma de organização global que atua sobre diferentes frentes, sendo a produção de subjetividades um de seus principais componentes. Nesse sentido, o sujeito emerge como uma peça central nas dinâmicas de dominação capitalísticas tornando a sociedade civil e os diferentes sujeitos que a compõem a verdadeira matéria prima das movimentações políticas da contemporaneidade. Desta forma, a observação destes atores torna-se essencial para compreender o debate urbanístico brasileiro ao longo das últimas décadas.

Apontam-se diferentes movimentos elucidativos da articulação transescalar entre subjetividades, participação social e dominação capitalística. Nos anos 1990, fica evidente a conexão entre a dominação pela dívida exercida pelas IFIs em escala nacional e a disputa de significados pela participação social na política urbana, entre um movimento democratizante e um discurso neoliberal. Enquanto isso, a partir dos anos 2000, observa-se uma mudança de paradigma perpetrada pela superação do endividamento internacional do país na macroescala e o fortalecimento de articulações sociedade-Estado em uma série de mecanismos de desenvolvimento territorial ao mesmo tempo virtuosos e controversos. Por fim, ao longo da década de 2010 (preponderantemente após o golpe de 2016), enxerga-se o surgimento de uma situação inédita, na qual exclui-se o Estado dos principais espaços de movimentação da sociedade civil, delegando essa conexão transescalar a uma emergente Rede Financeiro-Filantrópica Internacional.

A pertinência desta rede como categoria analítica na atual quadra histórica é evidenciada pela absoluta centralidade das pautas e instituições (investigadas neste artigo) na sociedade civil e no debate urbanístico. Ainda assim, levanta-se um questionamento: estas pautas e organizações alcançam relevância por conta dos financiamentos obtidos, ou obtém os financiamentos por serem relevantes? Esta questão, na realidade, não pode ser respondida, uma vez que ambos os movimentos fazem parte de uma única dinâmica: a captura e produção de pautas, desejos, léxicos e métodos, estabelecida entre lutas sociais e Fundações internacionais. Contudo, talvez seja possível identificar uma padronização do léxico adotado por estas lutas sob uma lógica política “vitoriosa” nos marcos da democracia liberal sustentada pelas instituições supranacionais. Apesar de se compreender a legitimidade de grande parte das pautas investigadas, questiona-se o vínculo direto estabelecido com fundações internacionais diretamente ligadas ao capital financeiro transnacional. Quando Chossudovsky (2018) questiona o financiamento da FF ao FSM, por exemplo, ele não está deslegitimando os ativistas atuantes naquela ocasião e nem mesmo a pertinência das pautas defendidas, mas questionando o controle estabelecido pela Fundação sobre esta dinâmica mediante seu financiamento.

Além disso, é evidente que o financiamento destes pontos nodais do debate público representa um grande movimento de registro destas lutas e, no limite, uma fabricação da dissidência por parte destas organizações financeiro-filantrópicas. Nesse sentido, inquieta-se com a possibilidade de que a fabricação das dissidências represente uma intervenção geopolítica direta perpetrada via rede financeiro-filantrópica internacional. Isso porque, preponderantemente, tanto as instituições financeiras quanto as filantrópicas envolvidas nesta rede tem uma vinculação direta com um bloco de poder geopolítico específico: aquele vitorioso ao final da Guerra Fria, representado pelos países, corporações e organizações componentes do Império.

Por fim, questiona-se o impacto territorial deste processo de afastamento do Estado (nacional e em suas demais representações) dos espaços de formulação da sociedade civil. Com o enfraquecimento da participação institucional e o enclausuramento da sociedade civil no âmbito do Terceiro Setor, abre-se mão da possibilidade de construção de uma agenda urbanística comum e coerente entre sociedade e Estado. A atuação direta da sociedade civil no território, acaba se restringindo à dois espectros: de um lado intervenções a nível local agenciadas por uma população precarizada que luta cotidianamente por direito a uma vida digna, e, de outro, por ações fragmentadas determinadas, em grande parte, pelas agendas das fundações internacionais mantenedoras. Consequentemente, facilita-se a ocupação dos espaços decisórios pelo poder financeiro, opõe-se cada vez mais a sociedade civil organizada e o poder público, e sepulta-se a possibilidade de imaginar um Estado que represente um projeto de desenvolvimento e soberania popular.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANTES, Pedro Fiori. O ajuste urbano: as políticas do Banco Mundial e do BID para as cidades. *Pós-*: Revista do Programa de pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da fauusp, São Paulo, nº 20, p. 60- 74, dez. 2006.

BANDEIRA, Luiz A. M. *A desordem mundial: o espectro da total dominação: guerras por procuração, terror, caos e catástrofes humanitárias*. - 1. ed. - Rio de Janeiro: EDITORA JOSÉ OLYMPIO LTDA, 2016.

BICALHO, Letícia. *A Fundação Ford e as Ciências Sociais no Brasil: o papel dos program officers e dos beneficiários brasileiros para a construção de novos modelos científicos*. In: LETICIA Bicalho Canedo: Wordpress. [S.I], 2015. Disponível em: <https://leticiabcanedo.wordpress.com/2016/04/25/a-fundacao-ford-e-as-ciencias-sociais-no-brasil-o-papel-dos-program-officers-e-dos-beneficiarios-brasileiros-para-a-construcao-de-novos-modelos-cientificos/>. Acesso em: 15 nov. 2021.

BRASIL. Presidência da República. *Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado*. 86 p. Brasília, 1995.

BROOKE, Nigel; WITOSHYNSKY, Mary (orgs.). *Os 40 Anos da Fundação Ford no Brasil: Uma Parceria para a Mudança Social*. São Paulo / Rio de Janeiro: Editora da Universidade de São Paulo / Fundação Ford, 2002

CHOSSUDOVSKEY, Michel. *A Globalização da Pobreza: Impactos das reformas do FMI e do Banco Mundial*. Moderna, São Paulo, 1ª edição, 1999.

CHOSSUDOVSKEY, Michel. A fabricação da dissidência. *O Diário*, nov. 2010. Disponível em: <http://www.odiario.info/?p=1794>. Acesso em: 25 de novembro de 2021.

CHOSSUDOVSKEY, Michel. FSM: Ativismo social financiado pelo capitalismo global. *IELA UFSC*, abril, 2018. Disponível em: <https://iela.ufsc.br/noticia/fsm-ativismo-social-financiado-pelo-capitalismo-global>. Acesso em: 25 de novembro de 2021.

DAGNINO, Evelina. Construção democrática, neoliberalismo e participação: os dilemas da confluência perversa. *Política & Sociedade: Revista de Sociologia Política*, Florianópolis, n. 5, p. 139- 164, out. 2004.

DAGNINO, Evelina. (Org). *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia 2*. Vol. 1. São Paulo: Ed. 34, 2011

FORD Foundation: *Grants Database*. [s.d]. Disponível em: <https://www.fordfoundation.org/work/our-grants/grants-database/grants-all?originatingoffices=%26RegionIds%3D2&page=0&minyear=2006&maxyear=2019>. Acesso em: 15 nov. 2021.

FREITAS, D. M; LOPES, M. S. B.; RENA, N. S. A. *CARTOGRAFIAS INDISCIPLINARES*, Revista Debates Insubmissos, v. 3, n. 11, p. 230, 2021.

FUKUYAMA, Francis. *O fim da História e o último homem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

GUATTARI, Félix. Le Capitalisme Mondial Intégré et Revolution Moléculaire, relatório inédito de palestras proferidas em seminário do grupo Cinel, em 1980. Publicado em português in: ROLNIK, Suely (org). '*O Capitalismo Mundial Integrado e a Revolução Molecular*'. Revolução Molecular. Pulsações poéticas do desejo. Brasiliense: São Paulo, 3. ed., 1987.

GUATTARI, Felix; ROLNIK, Suely. *Micropolítica: cartografias do desejo*. Petrópolis: Editora Vozes Ltda. , 2011.

GOHN, Maria da Glória. *Manifestações de junho de 2013 no Brasil e praças dos indignados no mundo*. 2. ed. São Paulo: Editora Vozes, 2014.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Império*. Rio de Janeiro: Record, 2014.

HARVEY, David. *17 contradições e o fim do capitalismo*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *As fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil*: 2010. Rio de Janeiro: ibge, 2012.

LOPES, M. S. B.; RENA, N. S. A.; SÁ, A. I. *Método Cartográfico Indisciplinar: da topologia à topografia do rizoma*. VIRUS, São Carlos, n. 19, 2019. [online] Disponível em: <http://www.nomads.usp.br/virus/virus19/?sec=4&item=6&lang=pt>. Acesso em: 15 nov. 2021.

MARICATO, Ermínia et al. *Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. 1. ed. São Paulo: Carta Maior, 2013.

MARICATO, Ermínia. *Nunca fomos tão participativos*. Carta Maior, maio, 2010. Disponível em: <https://www.yumpu.com/pt/document/view/37531868/maricato-erminia-nunca-fomos-tao-participativos-carta-maior->. Acesso em: 25 de nov. de 2021.

MERCADANTE, Aloízio; ZERO, Marcelo. *Um Legado Para o Futuro: governos do PT*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2018. 160 p. v. 23g

PELBART, Peter P. *Vida capital*. Ensaios de biopolítica. Ed. Iluminuras: São Paulo, 2011.

RABELO, Erica; FANTIN, Marcel. Prioridades e diretrizes das conferências habitat: entre o neoliberalismo e o bem comum. In: RENA, Natacha; FREITAS, Daniel; SÁ, Ana Isabel; BRANDÃO, Marcela (orgs.). *I Seminário Internacional Urbanismo Biopolítico*. Belo Horizonte: Fluxos, 2018. p. 930-947.